

DO DIÁRIO DE CAMPO: CONVERSAS COM PESCADORAS/ES DO PANTANAL MATO-GROSSENSE SOBRE CULTURA DO TRABALHO

From the field journal: conversations about work culture with fisherwomen and fishermen from Mato Grosso's Pantanal

TIRIBA, Lia¹

SANTANA, Fernanda²

RESUMO

Ao trazer à superfície o trabalho de campo realizado no âmbito de pesquisas fundamentadas no materialismo histórico dialético, o objetivo do artigo é identificar fios que tecem a cultura do trabalho da pesca artesanal profissional no Pantanal Mato-Grossense. Depoimentos de pescadores e pescadoras que acompanham a viagem dos pesquisadores/as em terra firme e nas águas do Rio Paraguai contribuem para responder algumas perguntas: Como se dá a organização do processo de trabalho? Como são as relações entre seres humanos e natureza? E entre os seres humanos entre si? Como se protegem dos perigos a que estão expostos? No acampamento, quais os costumes e normas de convivência? Existe algum tipo de associatividade? Cada pescador/a pesca para si próprio/a? A quem pertencem os frutos do trabalho? Afinal, qual o objetivo da pesca? Por que querem participar da formação de uma cooperativa? Que cultura do trabalho os pescadores e pescadoras desejam materializar? Como um dos muitos fios que tecem a cultura do trabalho da pesca artesanal profissional no Pantanal Mato-Grossense, indicamos que a lógica destrutiva do capital ameaça sobremaneira a flora, a fauna e modo de vida dos povos e comunidades tradicionais. Como procedimento de pesquisa, o texto foi discutido e conferido pelos sujeitos da pesquisa, ou melhor, pelos sujeitos de saberes.

Palavras-chave: Cultura do trabalho. Saberes do trabalho. Povos e comunidades tradicionais.

ABSTRACT

By bringing to the surface the field work carried out within the framework of researches based on dialectical historical materialism, the objective of this article is to identify threads that weave the work culture of the professional artisanal fishing in Mato Grosso's Pantanal. Testimonials from fishermen and fisherwomen who accompany the researchers' journey in the mainland and in the Paraguay River's waters, contribute to answering some questions: How is the work process organized? How are the relations between humans and nature? And among human beings? How do they protect themselves from the dangers to which they are exposed? What are the customs and norms of coexistence in the camp? Is there any kind of associativity? Do each fisherman or fisherwoman fish for him or herself? To whom do the fruits of labor belong? After all, what is the purpose of fishing? Why do they want to participate in the formation of a cooperative? What work culture do fishermen and fisherwomen wish to materialize? As one of the many threads that weave the work culture of professional artisanal fishing in the Mato Grosso's Pantanal, we indicate that the destructive logic of capital especially threatens the flora, fauna and way of life of traditional peoples and communities. As a research procedure, the text was discussed and conferred by the subjects of research, or rather, by the subjects of knowledge.

Keywords: Work culture. Work knowledges. Traditional peoples and communities.

¹ Doutora em Ciências Políticas e Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (Neddate/UFF). E-mail: <liatiriba@gmail.com>.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). E-mail: <fernanda.santana@cas.ifmt.edu.br>.

INTRODUÇÃO

O que exige explicação não é a unidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza [...]. O que tem que ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação apenas completada, plenamente, na relação entre o trabalho assalariado e o capital (MARX, 1985, p.82).

Cáceres, maio de 2016. Navegando pelas águas do Rio Paraguai, numa embarcação motorizada, adentramos numa pequeníssima parte do patrimônio ambiental do Sistema Paraguai – Paraná de Zonas Úmidas, que abrange Brasil, Argentina, Bolívia, Uruguai e Paraguai. Na atividade da pesca artesanal, homens e mulheres trabalhadoras do bioma Pantanal tentam ganhar a vida, quer como pescadores/as, quer como roteiros/as que conduzem turistas para apreciar as belezas do Pantanal e, se possível, contribuir para que capturem uma das mil maravilhas existentes no bioma. São cerca de 1.000 espécies de aves, 300 espécies de mamíferos, 480 espécies de répteis e 300 espécies de peixes. Como não poderia ser diferente, o objetivo do trabalho dos pescadores e pescadoras é fisgar o peixe ou, como eles dizem, “o que se deseja é que o peixe abocanhe o anzol”.

O vento bate forte no rosto. Chapéu de pescador-pantaneiro e o corpo-todo-coberto para nos proteger do sol. Por sorte ou desmando da *Pacha Mama*, não faz tanto calor assim, como diziam. É tempo de peixe. Os preferidos são Pintados, Cacharas e Pacus. Existem outros peixes que não são considerados nobres e, portanto, podem ser encontrados no mercado por um preço baixo: Piraputanga, Piavuçu, Barbado, Jurupensém, Jurupoca, Palmito, Jaú, Pacupeva, Piranha, Bagre e Piau. Mas, como diz o ditado popular, “tudo o que cai na rede é peixe”? Como pescam os/as pescadores/as? Em que condições de trabalho? Como se organizam?

Máquina fotográfica à mão. Velas ao mar, quer dizer, ao sistema de áreas úmidas irrigadas pelas bacias dos rios Paraguai e Paraná. Queríamos capturar toda e qualquer imagem que pudesse anunciar elementos da cultura do trabalho da pesca profissional artesanal no Pantanal Mato-Grossense. Navegando aproximadamente 150 km rio abaixo, o vento e barulho do motor do barco só permitiram a troca de poucas palavras. A prosa com pescadores/as seria garantida em terra firme, nos acampamentos e outros espaços de convivência.

O barco saiu da Colônia Z-02 de Pescadores, em Cáceres (MT) – cidade carinhosamente conhecida como *Princesinha do Paraguai*. Antes da partida, visitamos a recepção e o salão onde os/as trabalhadores/as deixam suas bicicletas e motos em segurança para poder se aventurar no Pantanal em canoas, barcos e chalanas. É nesse espaço onde acontecem as assembleias da Colônia e também os encontros para formação de uma cooperativa. Ainda no terreno da Colônia, a primeira foto foi pousada na rampa de cimento que nos conduz às margens do rio, onde as embarcações estão atracadas. Nessa passagem estão gravados os nomes dos/das trabalhadores/as que a construíram: José Farias, Carlos S. Bispo (Carlinho), Nelso A. Santos, Lourenço, Mozena, Luis C. Sousa, Josué O. Vieira, Virgílio Costa, Inocêncio M. Silva, Jorge (Poconé), Virgílio, João Alves, Nivaldo, Reinaldo, Zé Rocha, Leôncio, Zé Meia Noite, Nilza, Vicente Paula, Ademir N. Souza e Milto.

No barco da frente, guiam-nos duas bravas, delicadas e atenciosas pescadoras: Dona Enilza e Dona Maria.³ Os sorrisos estampados no rosto não negam o quanto estão orgulhosas da oportunidade de conduzir duas pesquisadoras nas águas do Rio Paraguai. Elas sabem que têm muitas coisas para ensinar. Dedos em riste apontam para os espaços/tempos geográficos que os/as pescadores/as profissionais e amadores/as encontram para fazer do rio o seu meio de vida.

No mesmo barco que navega no remanso das águas do Rio Paraguai, navegam muitas perguntas: Como se dá a organização do processo de trabalho? Como são as relações entre seres humanos e natureza? E entre si? Como se protegem dos perigos a que estão expostos? No acampamento, quais os costumes e as normas de convivência? Existe algum tipo de associatividade? Cada pescador pesca para si próprio? A quem pertencem os frutos do trabalho? Na verdade, qual o objetivo da pesca? Por que querem participar da formação de uma cooperativa? Que cultura do trabalho os pescadores e pescadoras desejam materializar?

Importante destacar que o diálogo com os/as pescadores/as, iniciado no Pantanal, prosseguiu em *terra firme*, graças à participação no último encontro do Curso de Socioeconomia Solidária e Pescadores: Formação para o Trabalho Associado, promovido pelo Núcleo UNEMAT – UNITRABALHO, da Universidade do Estado do Mato Grosso. O objetivo do curso foi a capacitação de pescadores/as filiados/as à Colônia de Pescadores e Aquicultores Z-02 de Cáceres e de membros da Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres (APEC), visando ao desenvolvimento de práticas econômicas sustentáveis e solidárias. O curso atendeu cerca de 30 pescadores/as, possibilitando o processo de incubação de uma cooperativa.

Como resultado do trabalho de campo realizado no âmbito de duas pesquisas,⁴ o objetivo do texto é identificar alguns fios que tecem a cultura do trabalho da pesca artesanal profissional. Em primeiro lugar, apresentamos aos leitores alguns dados sobre o Pantanal, enfatizando que a lógica destrutiva do capital ameaça sobremaneira a flora, a fauna e o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais. Em seguida, no diálogo com pescadores e pescadoras, identificamos a pesca artesanal e sua relação com os diversos tipos de embarcação. Focalizamos os acampamentos como locais de trabalho e moradia provisória, bem como algumas maneiras de se proteger dos perigos da natureza, em especial da Onça Pintada – entidade material e simbólica. No terceiro momento, fazemos emergir outros elementos que indicam a organização do trabalho, mediada por conhecimentos produzidos e partilhados na labuta da pesca. Antes de concluir, reproduzimos as questões/perguntas que orientaram um *grupo de discussão* no curso promovido pelo Núcleo UNEMAT – UNITRABALHO e dinamizado pela Rede de Pesquisa-Ação

³ Depois de discutir o conteúdo do artigo, os pescadores e as pescadoras que participaram da pesquisa de campo consentiram a revelação de seus nomes e assinaram o termo de uso de imagem e de seus depoimentos. Desta forma, suas falas estão identificadas e reproduzidas exatamente como foram proferidas, conservando as expressões populares e os maneirismos regionais.

⁴ Referimo-nos à pesquisa *Reprodução ampliada da vida: dimensões educativas, econômicas e culturais do trabalho de produzir a vida associativamente*, coordenada por Lia Tiriba (UFF) e à pesquisa *Relações entre seres humanos e natureza: a cultura do trabalho da pesca artesanal no Pantanal Mato-Grossense*, de Fernanda Santana (Doutoranda em Educação UFF (bolsista do CNPq)). O trabalho de campo contou com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal (2014 - 2017) que contemplou a pesquisa *Trabalho associado, cultura do trabalho e saberes da experiência: resistência e produção da vida em comunidades tradicionais de Mato Grosso*, coordenada pelo Prof. Dr. Edson Caetano (UFMT), com a qual as duas pesquisas acima se articulam.

em Educação Popular e Trabalho Autogestionário - Rede EPTA.⁵ Nossa intenção foi problematizar as contradições das relações de convivência que os futuros associados desejam estabelecer com a natureza, entre si e o mercado.

Como Gramsci (1958), acreditamos que, para transformar a realidade opressora, a classe trabalhadora tem o direito e, também, o dever de se educar. Por ser o conhecimento social e coletivamente construído, o texto que ora apresentamos foi discutido e revisado pelos/as pescadores/as, pois, como afirmou Justino, “de repente, vocês pode até interpretar de outra forma. A gente quer compartilhar com vocês”. A eles e elas o nosso agradecimento.

SER PESCADOR/A: O PANTANAL POR INTEIRO, NÃO PELA METADE⁶

De acordo com a Embrapa Pantanal (2012), a pesca é uma das principais atividades sociais, econômicas e ambientais realizadas no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai, onde é exercida nas modalidades profissional-artesanal, amadora (ou esportiva) e de subsistência. Um total de 14,2 mil pescadores profissionais artesanais encontra-se na Bacia do Paraguai, sendo 9,5 mil em Mato Grosso e 4,7 mil em Mato Grosso do Sul. São pescadores/as independentes, proprietários de apetrechos de pesca e embarcações (meios de produção) e, portanto, proprietários do produto de seu trabalho (pescado). Como parte integrante da classe trabalhadora, são reconhecidos como povos e comunidades tradicionais (CRUZ, 2012) que sobrevivem de atividades extrativistas necessárias para a sobrevivência das famílias ribeirinhas e dos/as próprios/as pescadores/as.

O trabalho da pesca se constitui como atividade humana mediadora na relação entre seres humanos e natureza, ao mesmo tempo em que cria identidades dos sujeitos envolvidos nessa relação. O vínculo com a atividade pesqueira é central para caracterizá-los como povos e comunidade tradicionais. Suas práticas econômicas e culturais conferem as características de seu modo de vida; o *ser pescador* como ser social, composto por crenças, mitos e utopias, adquire tanto valor simbólico como material (valores indissociáveis), assegurando a reprodução da condição humana de pescador. São detentores de um saber peculiar sobre a natureza: as águas, o peixe e outras espécies da flora e da fauna, o tempo, os astros. De acordo com Lourenço, um dos pescadores que encontramos no Rio Paraguai, “nós somos o Pantanal”.

É preciso apreciar o “Pantanal por inteiro, não pela metade” (SCHLESINGER, 2014). A pesca está ameaçada por empreendimentos futurísticos do hidronegócio, entre eles a abertura do Porto de Morrinhos, em Cáceres, para eminente ativação da Hidrovia Paraguai-Paraná, visando ao escoamento da produção agropecuária. Não menos relevante é a crescente construção de tanques para a piscicultura nas lâminas d’água da região, bem como os projetos para implantação de mais de 100 usinas hidrelétricas de pequeno, médio e grande porte na Alta Bacia do Rio Paraguai. Essas barragens e a construção da hidrovia alterarão o pulso de inundações na planície do Pantanal, prejudicando a biodiversidade da região, limitando a migração de peixes

⁵ A Rede-EPTA é composta por pesquisadores/as do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

⁶ O subtítulo é uma alusão à pesquisa de Schlesinger (2014) sobre o Pantanal.

que sobem os rios para reprodução e retendo organismos aquáticos importantes para a alimentação dos seres humanos e não humanos.

Em especial, no Estado de Mato Grosso, a voraz lógica do capitalismo proporciona, em grande escala, a degradação deste ecossistema pela exploração do turismo, da caça e pesca predatória. Isso sem falar de outras ameaças à integridade do Pantanal, como a monocultura da soja, do eucalipto, de pinos e outras monoculturas, a utilização sem limites de agrotóxicos e fertilizantes químicos, o crescimento do rebanho bovino e suíno, a poluição e contaminação dos recursos hídricos causados por dejetos industriais, em especial pelos frigoríficos (SCHLESINGER, 2014).

Para a classe trabalhadora a concorrência é sempre desleal. Confinados em cativeiros, em instalações naturais e artificiais, os empresários da piscicultura têm o domínio genético dos peixes. Como modalidade da aquicultura, a pesquisa em piscicultura tem como objetivo o *aperfeiçoamento* de matrizes genéticas de maneira a garantir a rápida produção de proteína animal. O Pintado de Tanque ou Jundiara e o Tabatinga, por exemplo, tornam-se peixes híbridos. Para aumentar a produção e garantir o crescimento dos peixes, é necessária a maximização da produção de alimentos naturais e artificiais, utilizando-se esterco de bovinos, suínos e equinos, (que, por sua vez, se alimentam de soja transgênica, também produzida pelo agronegócio). Formada a cadeia produtiva da piscicultura, o pescador artesanal torna-se uma figura dispensável. No Rio São Francisco, a produção de Tilápias também se dá em condições adversas para a flora e para fauna, inclusive para os trabalhadores dos empreendimentos aquícolas.⁷

Como os demais povos e comunidades tradicionais do Brasil e da América Latina, os/as pescadores/as do Pantanal Mato-Grossense⁸ estão imersos neste *mar de contradições*. Aprender as características desses povos na atualidade histórica requer, como diria Thompson (2012), considerar o *conjunto* das relações sociais de produção, captando as mediações de primeira ordem, ou seja, modos de estar no mundo em que o metabolismo entre ser humano e natureza pressupõe a regulação do trabalho em sintonia com a natureza. Considerar também as mediações de segunda ordem do capital (MÉSZÁROS, 2011), as formas pelas quais o capitalismo invade o campo, interferindo sobremaneira nos espaços/tempos das culturas milenares dos povos e comunidades tradicionais, ou seja, dos povos indígenas; quilombolas; seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu; faxinais, sertanejos, caipiras, sitiantes-campeiros, fundo de pasto, vaqueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, caiçaras, varjeiros, jangadeiros, marisqueiros; pantaneiros, caatingueiros, vazanteiros, geraizeiros e chapadeiros (CRUZ, 2012, p.597-598).

Como afirmamos em outra pesquisa, os espaços/tempos das culturas milenares dos povos e comunidades tradicionais são espaços/tempos de longa duração que perduram em diversos momentos históricos, mesmo quando o modo de produção capitalista tem hegemonia em relação aos demais modos de produção da vida social (TIRIBA; FISCHER, 2013). Nas palavras de Braudel (1992, p.49), os tempos históricos de longa duração carregam consigo “certas estruturas [que] tornam-se elementos

⁷ De acordo com trabalhadores de uma indústria de pescado no Rio São Francisco (Estado da Bahia), a meta de um *fileteiro* é de 211 Tilápias por hora. Para a *maquiadora*, que também recebe um salário mínimo, é preciso que alcance a meta de 45 kg por hora para que obtenha o prêmio de R\$110,00. Devido à intensidade do trabalho, reclamam de dores fortes causadas por tendinite.

⁸ Sobre povos e comunidades tradicionais no Estado de Mato Grosso, ver Neves, Caetano e Silva (2015) e Tiriba e Fischer (2015).

estáveis de uma infinidade de gerações”; assim é preciso “não pensar apenas no tempo curto [do evento], não crer que somente os atores que fazem barulho sejam os mais autênticos; há outros e silenciosos” (BRAUDEL, 1992, p.57).

Na perspectiva desses homens e mulheres, a luta contra a escassez tem como referência a alocação racional dos recursos materiais e humanos disponíveis, respeitando os níveis de produtividade, os limites ambientais e socioeconômicos existentes; no entanto, a produção destrutiva do capital (MÉSZÁROS, 2011) leva-os a buscar alternativas de sobrevivência. Sem dúvida, é preciso respeitar o período da Piracema para a reprodução dos peixes e preservação das espécies. Embora não cubra as necessidades da família, é bem-vindo o seguro-defeso, pago como seguro-desemprego, já que estão impedidos de pescar durante quatro meses.⁹ É preciso ir além: proteger-se de muitos perigos, entre eles, os do bicho-homem, ou melhor, dos homens-de-negócio que se enriquecem à custa da exploração do trabalho alheio.

Vincular-se à Colônia de Pescadores Z-02 e se engajar nos movimentos sociais populares são maneiras de afirmar modos de vida sintonizados com a natureza. Daí ser fundamental driblar a lógica perversa dos atravessadores e de outros representantes do capital. Organizar uma cooperativa pode vir a ser, também, uma maneira de se fortalecer relações fundadas em laços de solidariedade, colaboração e reciprocidade. Não menos importante têm sido processos educativos que valorizam a cultura popular e defendem a autodeterminação de homens e mulheres que não vivem da exploração do trabalho alheio.¹⁰ Sem desconsiderar as determinações econômicas e da própria natureza, vale lembrar que no processo histórico estruturado entram em cena as determinações da agência humana (THOMPSON, 1981).

A FORÇA DA NATUREZA: SOBRE EMBARCAÇÕES, ACAMPAMENTOS E ONÇAS PINTADAS

À medida que nosso barco navega nas águas do Rio Paraguai, é possível registrar a existência de diversos tipos de pescaria: pesca de barranco, pesca de tablado, pesca de canoa de remo, pesca de canoa com motor (*rabetinha*), pesca de barco motorizado e pesca de chalana. Em todos os tipos de pesca, é proibida a utilização da rede, porque “acaba pegando os [peixes] pequeno e os grande também, que são as matrizes. Aí, quando joga a rede, aqui costuma falar ‘vem de mamando a caducando’” (Dona Enilza). Ou seja, virão peixes “fora de medida”: o Pacu, por exemplo, só pode ser pescado se tiver não menos que 45 cm; o Pintado, 85 cm; e o Cachara, 80 cm. Caso contrário, o/a pescador/a terá que devolvê-lo a seu habitat.

Não é difícil identificar a pesca de barranco, cuja atividade se realiza, literalmente, nos barrancos que margeiam o Rio Paraguai. Nas imagens fotográficas é possível observar homens e mulheres solitários, às vezes acompanhados de uma ou mais

⁹ Lei nº 13.134 de 2015, Lei nº 11.959 de 2009, ambas da Presidência da República, e Lei Estadual nº 9.893 de 1º de março de 2013 do Governo do Estado de Mato Grosso.

¹⁰ Além do Curso de Socioeconomia Solidária e Pescadores – Formação para o Trabalho Associado (UNEMAT), referimo-nos ao Projeja FIC (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Formação Inicial Continuada), oferecido pelo IFMT *Campus* Cáceres juntamente com a Prefeitura de Cáceres, o que possibilitou aos/às pescadores/as artesanais o acesso à educação formal. Atendeu cerca de 150 trabalhadores/as ligados/as à pesca artesanal e teve a duração de 4 anos.

crianças. Para se proteger do sol, levam *barraca de praia*, em geral, coloridas. Embora classificados como pescadores amadores, o objetivo do trabalho é a sobrevivência imediata, assim o *caminho do peixe* vai da vara à frigideira. Para satisfazer o reino da necessidade (MARX, 1971), há de sobrar peixe pequeno para ser servido na birosca ou para ser trocado ou vendido no mercado popular.

Em relação à pesca de tablado não seria difícil imaginar dez ou vinte tábuas de madeira boiando, atracadas no Rio Paraguai. Seu Brandão, o piloto que nos acompanhou durante toda a viagem, explica que a pesca de tablado “é só para peixe pequeno, como Pacupeva, Piau... Quem tem tablado não vai atrás de Pintado”, que é peixe nobre com um bom preço no mercado. Na verdade, o tipo de embarcação e a forma de propriedade dos meios de produção são o que lhes permitem avançar com menor ou maior intensidade no espaço geográfico, ancorando aqui e ali, em busca do pescado com melhor aceitação no mercado local, regional e nacional.

Poderíamos dizer que, por não terem acesso aos meios de produção que lhes permitam seguir o *caminho do peixe*, na pesca de barranco e na pesca de tablado os/as pescadores/as estão presos ao rio, não seguem sua correnteza. Até pouco tempo atrás, há quatro ou cinco anos, a grande maioria dos pescadores artesanais profissionais pescavam em canoas de remo; só recentemente têm conseguido adquirir o motor *rabetinha*. Aí reside uma contradição: enquanto os pescadores *amadores* viajam em iates, barcos-hotéis e andam de barcos com motores 25hp ou 40hp, existem aqueles que pescam no barranco e que não têm nem mesmo canoa de remo. Poucos pescadores artesanais profissionais possuem uma chalana.

Ultrapassar o *status* de pescador amador e se tornar um pescador artesanal profissional significa deixar de pescar 5 kg (+ um exemplar) por semana e passar a pescar 125 kg, semanalmente, com direito à comercialização.¹¹ Isso requer algum tipo de tecnologia que, muitas vezes pode sair caro:

A rabetinha é muito econômica, pois, de Cáceres à região da Piúva, ele [o barco] veio com 50 litros. E ainda sobra 30 litros [de combustível]. O problema é que esse tipo de motor é muito lento; enquanto a rabetinha gasta 13 horas para chegar a Cáceres, o motor veloz leva quatro horas. Mas, não adianta nada ter um barco de alumínio, com motor veloz, se a gente não dá conta de comprar a gasolina. (Seu Jorge – Poconé)

Sair para pescar é sempre uma aventura e, certamente, muito mais para aqueles que adquirem condições para se locomover no rio e acompanhar a trajetória dos peixes, antes que chegue a Piracema. Embora, em seu conjunto, as embarcações possam ser consideradas rudimentares, a tecnologia é uma condição fundamental, mas não a única, que determina que o/a pescador/a possa voltar para casa com uma quantidade maior ou menor de pescado. Para isso, como veremos adiante, estabelecem relações de convivência que denominam “contrato de parceria”.

Os/As pescadores/as deixam suas casas geralmente na segunda-feira e permanecem por cinco ou seis dias, ou até mesmo doze dias, em acampamentos nas margens do Rio Paraguai, Sepotuba, Jauru e Cabaçal. Para Navarro F. e Bessi (2015, p.4):

¹¹ De acordo com a Lei Estadual nº 9.893/2013, artigos 17 e 21.

A pesca artesanal tem sua dinâmica própria. O pescador se move de acordo com os tempos de reprodução do peixe, de maneira que os espaços de sua atividade variam. Os pescadores costumam alojar-se ao longo de dias ou até mesmo semanas nos chamados “acampamentos”, abrigos de uso comum dos pescadores que ficam às margens do rio. É o espaço de apoio e de convivência, de troca de experiências e de saberes nos dias de trabalho nas águas.¹²

Terra à vista! Viajando de Cáceres à Piúva, próximo à Estação Ecológica do Taiamã, estivemos em cinco acampamentos de pescadores/as: o Acampamento do Seu Sílvio Preto (no Morro Pelado), o Acampamento I da Dona Enilza (na Baiazinha), o Acampamento do Seu Virgílio (no Monte de Areia), o Acampamento II de Dona Enilza (no Morro Pelado¹³) e o Acampamento do Sérgio (na Piúva). Em todos eles, fomos muito bem recebidos! No primeiro deles, encontramos uma placa de madeira com a inscrição “Cabana Velho do Rio”. Seu Sílvio, desiludido da vida, vive ali há 30 anos. Diz que vive de pesca “pra ‘vendê’, pra ‘dá’, pra ‘trocá’ com outras coisas”. Assegura que “não ‘farta’ nada, só falta uma namorada, cigarro”. Sobre a ilustração gravada na placa, comenta: “Me fizeram aí o [desenho] de um peixe errado. Porque aqui não tem este peixe. Eu vou ‘mandá’ eles ‘botá’ um Cachara.”

Nos acampamentos, os pescadores guardam os diversos tipos de isca, os tonéis de gelo para guardar o pescado, molinete e demais tralhas necessárias para o trabalho. Embaixo das lonas estão as roupas, panelas, pratos, garrafa térmica, garrafão de água, bujão de gás, mesa, banquetas etc. Tudo absolutamente improvisado! O local para dormir tem que ser escolhido com muito cuidado. Embora *Ela* (a onça, como entidade real) seja muito ágil para subir em troncos, o lugar mais seguro para passar a noite é improvisar uma cama no cume de alguma árvore. De lá, se o/a pescador/a não cair em sono profundo, *Ela* pode ser vista com facilidade e afastada com uma tocha de fogo. Camilo e Jorge (Poconé), que dividem acampamento com Lourenço (na Piúva), dormem na parte de baixo do acampamento; contam que, para espantá-la, tiveram que ficar batendo panelas durante a noite inteira. Dependendo do humor da Onça-Pintada, outro segredo é ficar absolutamente imóvel e em silêncio.

Sob um forte calor e rodeados por uma imensidão de mosquitos, é lá onde, em péssimas condições, comem, dormem e convivem durante a temporada de pesca. Por isso, estabelecer moradia provisória, em um acampamento qualquer às margens do Rio Paraguai, requer o estabelecimento de normas de convivência: cada um cuida de si, cada um cuida do outro, todos cuidam dos perigos da Onça Pintada (com letras maiúsculas!). Historicamente, como entidade simbólica e material, *Ela* (a onça) permanece como um perigo constante que ameaça a espécie humana. À noite, é preciso iluminar a mata. Além da inconveniência de encontrar uma Sucuri, que pode medir até nove metros, e outras serpentes, é preciso ter segurança de não *tropeçar* em alguma onça. Dona Enilza explica que, “se tivesse uma lamparina, alguma tocha de fogo, era bem mais seguro para a gente descer [do barco] com vocês [pesquisadoras]”. Em terra firme, “só dentro da barraca mesmo. Aí, acende a lamparina”. Diz que bom

¹² Disponível em: <<http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2015/02/cercamento-das-aguas-brasileiras-ameaca.html>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

¹³ Os acampamentos I e II de Dona Enilza existem devido à provisoriedade e mobilidade da pesca. Em determinada época estão acampados em um lugar para pesca do Pacu; em outro período mudam de local para pesca de Pintado. Outra questão que determina esta provisoriedade de local é o período de cheia (inundação) e vazante (seca) do Pantanal.

mesmo é fazer uma fogueira em volta do acampamento. Melhor ainda é fazer um João Bobo: “Coloca óleo diesel, pega um pano e põe dentro de uma lata. Enche de óleo diesel e taca fogo. Aí ele vai pegando aquele pano... Dependendo da vasilha, dura a noite toda.” Não é à toa que os/as pescadores/as desejam obter autorização do Estado, bem como recursos públicos para a construção de acampamentos que resistam às inundações e os protejam dos perigos da onça e demais animais silvestres. Seguindo o *caminho do peixe* nas correntezas do Rio Paraguai, mulheres e homens trabalhadores aventuram-se para garantir sua sobrevivência como povos e comunidade tradicionais. Longe dos tiroteios e das misérias dos centros urbanos, correm outros tipos de perigo; além do homem-bicho, estão os perigos dos seres não humanos. Quando o marido não pode sair para pescar, Dona Enilza divide o acampamento com Dona Maria. Sabem que tem Onça Pintada rondando por perto, por isso são “companheiras de pesca, até mesmo pela defesa, né? Pelo perigo que corre, entendeu? Então é um cuidando o outro!” (Dona Enilza). Ou, como pergunta o pescador Sérgio, “Ué... como você vem sozinho? A onça come você!” Ainda sobre *Ela* (a Onça Pintada), Seu Jorge (Poconé) explica que o pescador,

Não pode ficar acampando sozinho, nem de um nem de dois, por causa daquele bichinho que mora aí no mato, sabe? Então a gente tem que sempre “tá” formando grupo. Então a união é por causa disso. Pra proteção. Aí a gente faz esse grupo pra não ficar sozinho, porque ela é assim, ela tem o tempo do trabalho dela, que é sondar e comer. Então o que acontece: se ficar só um aqui no acampamento, claro que ela vai achar um jeito de pegar. Então, por isso, sempre tem mais pessoas, ela vai criando medo. Porque ela nunca acha o jeito de avançar numa pessoa e pegar uma pessoa no meio do grupo.

Os acampamentos são conhecidos pelo local onde se situam: Baiazinha, Morro Pelado, Monte de Areia, Piúva e principalmente pelo nome do pescador ou pescadora que se aventurou para ocupar a terra que, geralmente, é de propriedade do Estado. Dona Enilza explica:

Agora, por exemplo, eu lá naquele acampamento [da Baiazinha] eu posso fazer um título de permanência para mim. Entendeu? Aí, o dia que, por exemplo, a União chegar e falar assim: “Você está incomodando, você não pode ficar!” Então eu tenho que sair, entendeu?

Em síntese, qualquer pescador/a pode encontrar um lugarzinho para aportar: “Ele entra porque é uma área da União, mas, agora, se for numa área de fazenda, o fazendeiro pode implicar” (Dona Enilza).

COMO SE A GENTE FOSSE UM BIÓLOGO: SABERES DO TRABALHO E DA LABUTA

Como os demais povos e comunidades tradicionais, os pescadores e pescadoras artesanais são herdeiros de cabedal de saberes acumulados ao longo de gerações. Na época da Piracema é o momento de reformar e/ou construir novas embarcações, por isso, alguns pescadores sabem o ofício de carpintaria e, com o auxílio dos demais colegas, recuperam suas embarcações para a abertura da pesca. Seu Sérgio comenta: “Toda essa embarcação que eu ando [chalana e *rabetinha*], é tudo eu que faço. Esse barco, eu que faço. Essa lancha ‘foi’ eu que fiz. Essa caixa de gelo, eu que faço.

Aprendi sozinho, a vida me ensinou... de eu olhar os outros.” O estaleiro que existe em Cáceres é particular e cobra muito caro pelo conserto de embarcações. Assim, esse trabalho é movido pela solidariedade e ajuda mútua entre os pescadores. Por isso, Seu Jorge (Poconé) afirma que ele também “faz isso aí por causa dos companheiros”, pois sabe “a carência que eles têm [e] a dificuldade que eles ‘passa’”.

O trabalho é a forma pela qual os seres humanos estabelecem relações com a natureza; e, ao transformá-la, transformam a si mesmos como elementos da natureza. Ao trabalhar, produzem cultura, produzem saberes sobre possíveis maneiras de estar no mundo, produzem a própria existência humana. É pela capacidade de ação/pensamento/ação que se dá a possibilidade de criação e recriação da realidade humano-social. Ao longo da história da humanidade, trabalho, cultura e conhecimento caminham de mãos dadas. Assim, os/as pescadores/as sabem o trabalho que dá para construir uma embarcação, organizar o acampamento, não deixar o gelo derreter, fazer o fogo para afastar a Onça Pintada e, além de tudo, conseguir iscas que atraiam os melhores peixes que por ali passam. À noite, o trabalho se torna ainda mais árduo.

A gente sofre muito, [principalmente] se tiver frio. Você tem que pegar isca. Se você pega um peixe, tem que tirar ele da água, e ele te molha todo. Você dorme um pouquinho, uma hora. Quando o peixe “tá” saindo bem, você tem que levantar de uma em uma hora ou você fica acordada a noite toda. Ou você dorme um pouquinho pra você levantar e olhar os *pendurão*. E aí levanta, “tá” frio, aí você tem que levantar e ir lá olhar. “Tá” serenando. Tem a época do sereno, daquela chuvinha. (Dona Enilza)

Para saber como se dá a pesca do Pintado e o barulho que os peixes fazem no entardecer, encostamos o barco nos capinzais próximo ao Acampamento II, de Dona Enilza. Preocupada em não atrapalhar dois senhores que pescavam bem próximos ao nosso barco, pediu que desligássemos a lanterna, pois “o peixe não encosta se você ficar com a lanterna acesa. Deus ‘abençoa’ que ele vai pegar um” (Dona Enilza). Dia e noite, o/a pescador/a não tem descanso, não para de pensar: “Será que é esta isca que ele [o Pintado] quer comer? Vamos trocar de isca. Eu já vim três vezes e ‘os’ Pintado bocando e ele não comeu. Aí você acaba de botar a Pacupeva [como isca], ‘tá’ lá o Pintado!” (Seu Sérgio). Mas, se é época de Cambatá, esta será a melhor isca utilizada para a pesca do Pintado; mas também pode ser a Tuvira. Apontando para um coquinho verde que não sabe o nome, Seu Camilo diz que “é pra gente pescar o Pacu, que a gente encontra o pé dele bonito à beira do rio, igual a Boicaiuvinha. Aí pega ele maduro, [depois] fica amarelinho ele”. Entre outras iscas, o Pacu gosta de mandioca e, inclusive, de queijo provolone – artimanha utilizada pelos turistas.

Os saberes herdados e construídos na labuta são amplos e complexos. Ou, conforme Franzoi (2011), o trabalho simples também tem sua complexidade.¹⁴ Observando a superfície das águas, aprenderam com os seus ancestrais a identificar cardumes e seus deslocamentos. Pelo barulho dos peixes, percebem os seus caminhos:

“Tá” vendo? Este batidão é de Pintado [...]. Agora está tendo bastante peixe, mas só que, daqui [a] uns dias, eles já vão começar a sumir. Aí, quando o rio baixar mais, aí você começa a pescar com a Tuvira ou Cambatá. As Piranhas não “dá” tempo. O que

¹⁴ O estado da arte das pesquisas sobre saberes do trabalho, em especial no GT Trabalho e Educação da ANPEd, pode ser apreciado em Franzoi e Fischer (2015).

acontece, como a piranha é que não dá tempo, quando você jogou, já vai e tora seu anzol e come a isca. (Dona Enilza)

Mediadas pelo trabalho, as relações entre seres humanos e natureza são intensas! Confeccionam os seus apetrechos de pesca, como canoas e tarrafas para iscas, utilizam-se de frutas nativas como isca e para remédios, conhecem as propriedades de madeiras para diversas finalidades e os hábitos de vários componentes da fauna e têm um acurado senso de orientação pelos rios para navegação. Em síntese, ao considerar a racionalidade ambiental (relação com a natureza) que caracteriza os povos e comunidades tradicionais, Cruz (2012, p.598) lembra que “esses grupos possuem extraordinária gama de saberes sobre os ecossistemas, biodiversidade e os recursos naturais [...]” e que “[...] o acervo de conhecimento está materializado no conjunto de técnicas e sistemas de uso e manejo dos recursos naturais, adaptado às condições do ambiente em que vivem”. Seu Brandão comenta:

Lá pra baixo, o Rio Paraguai fecha todinho. Fecha e não passa mais. Aí você sobe no aguapé [planta aquática] com uma cavadeira na mão e você fura o aguapé. Pega uma vara e enfia lá embaixo. Depois você tira a vara e é só recolher o Pintado. E pega “de” bastante.

Para o pescador Sérgio, “é como se a [gente] fosse um biólogo, na verdade”. Embora sabedores da vida no Pantanal, os/as pescadores/as lamentam, por exemplo, pelo fato de os pesquisadores definirem a época da Piracema sem ouvir o que dizem os nativos sobre as mudanças que ocorrem na natureza e, portando interferem no período de desova dos peixes. Seu Justino, do Acampamento da Piúva, diz que é contra a antecipação da Piracema de novembro para outubro de 2016:

Sabe por quê? Porque natureza é natureza. A chuva pode vir mais cedo ou vir mais tarde. Eu penso é isso. De repente, [a temporada de pesca] fecha mês que vem. De repente a chuva não vem. O peixe que vai sofrer. Não somos nós. O peixe não vai subir. A ova vai ficar na barriga dele. Se tiver água, ela vai subir. Se não tiver, ela não vai subir. É isso o que vale. (Seu Justino)

Poderíamos afirmar que a reconstrução histórica das características atuais da formação social dos espaços/tempos dos povos e comunidades tradicionais seria um ponto de partida para a investigação dos saberes. No caso dos pescadores artesanais, trata-se dos saberes sobre o modo de vida deles, do qual a pesca artesanal é parte integrante. No entanto, por ser a relação trabalho e educação uma relação visceral, “os próprios saberes são manifestação – ou porta de entrada – para se conhecer a formação social analisada na sua dinâmica como totalidade histórica” (TIRIBA; FISCHER, 2015, p.424). Partindo da premissa de que o trabalho é princípio educativo (GRAMSCI, 1982) e que economia e cultura se codeterminam (THOMPSON, 2012), torna-se imprescindível a apreensão da atividade do trabalho, entendido como produção de bens materiais e simbólicos. Daí insistir nas perguntas: Como trabalham? Por que trabalham? Que sentidos e valores são atribuídos ao trabalho? Como são repartidos os frutos do trabalho? Que sentidos e valores são atribuídos ao trabalho? Quais as lógicas de construção de conhecimento que permeiam as relações entre trabalho e educação? (TIRIBA; FISCHER, 2013).

A pesca com barco motorizado (semichato) e a pesca de chalana nos ajudam a compreender a organização do processo de trabalho como elementos da cultura

do trabalho. Na verdade, para que cada um *pesque para si próprio*, é preciso compreender as relações de trabalho entre o proprietário e o não proprietário da embarcação. Enilza, que tem dois barcos (semichatos) onde cabem três pessoas, respectivamente, explica o acordo que estabelece com Maria, sua companheira de trabalho: “‘Maria, o gelo você paga, a gasolina você paga.’ Entendeu? Só que o barco é meu. Eu não cobro nada dela.” A divisão de contas é feita da seguinte maneira: “Se eu gastar 150 litros, 75 dela, 75 meu. Agora, se o meu marido entrar e pescar com nós aqui, então é dividido entre nós três o combustível” (Dona Enilza).

Quanto à pesca de chalana, o contrato informal de parceria reza que cada pescador tem que pagar uma quantidade de pescado para o proprietário da embarcação, que também é pescador. O que cada um pescar, pescou... Se não conseguiu nada, fica devendo ao dono da chalana. Dona Enilza esclarece que, “se ele pescou ou não, ele tem que deixar os 12 kg, por viagem. A pessoa vai dividir as despesas do combustível, do gelo, da comida, de tudo e ainda vai dar a renda da lancha para ele.” O pescador Sérgio, dono de uma *rabetinha* e de uma chalana que cabem sete pescadores, diz que cobra 10 kg por pescador; “as outras despesas a gente racha tudo, em parte igual. Eu e todo mundo”, porque “se acontece de estragar um motor desses, é 800, 1.200 [reais] pra arrumar. Aí fica caro.” A pescadora Laurice, esposa de Sérgio, assegura que “não é todo *lancheiro* que aceita igual isso aí que ele [Sérgio] está fazendo”, pois, além de cobrar 2 kg a menos do que os demais *lancheiros* cobram, “se não puder pegar 10 kg de Pacu e Pintado, paga com 10 cambadas¹⁵ de Piranha” (Sérgio), peixe com pouquíssimo valor no mercado.

Os pescadores que se aventuram em barcos motorizados e em chalanas “quase não ‘pesca’ peixe miúdo. É mais peixe grande. Os [pescadores] que estão aqui embaixo [Pantanal] ‘tão’ atrás de Pintado e de Pacu. Pra eles não compensa vir aqui pegar peixe menor” (Dona Enilza). Mas, como saber quem pescou o quê?

O meu peixe não é marcado, já o dela é. Todo o peixe que ela pega, ela corta um lado do bracinho dele. Outros [pescadores] marcam com barbante. Outros marcam, cortando em cima. Dá um pique no rabo, dá um pique na cabeça. Alguma coisa... (Dona Enilza)

Seu Camilo tira “um pedaço do rabo dele”, Seu Jorge (Poconé) dá “um cortinho na cabeça dele. Cada um tem seu peixe marcado. Aí chega lá [na Colônia de Pescadores], todo mundo tira o seu, pesa, vende e paga a despesa”, conforme o contrato com o dono da chalana. Porque, “quando chega assim [marcado], vai colocando lá na lona e vai vendendo o de quem é.” Em síntese, trabalham juntos, se protegem da onça e o que dividem “é a despesa” (Seu Jorge – Poconé).

Entre as mediações de segunda ordem do capital, que indicamos na seção anterior, é preciso considerar o mercado do turismo que, no Pantanal, mobiliza centenas de pescadores/as amadores/ras. O roteirista toma como exemplo o fato de um barco-hotel carregar até 24 turistas, sendo que cada um “tem direito a 5 kg e mais um exemplar. Então pode pegar um exemplar aí de 30 ou 20 kg e levar. Isso é o que eles ‘faz’. Você faz o cálculo de 20 turistas, um exemplar para cada um, quanto não dá? É muito peixe.” Reconhece que alguns roteiristas ensinam “o turista ‘pescá’ errado”,

¹⁵ Uma cambada corresponde a 6 unidades de peixe.

utilizando técnicas ilegais para “ganhar caixinha do cliente” (Seu Brandão). Na técnica do ligeirinho, “eles ‘põe’ a chumbada a um palmo dos anzóis. ‘Põe’ três anzóis sem isca, formando um gancho, aí joga no rio, num poço e os anzóis ficam rodando até que pegue algum peixe, pelo rabo, pelo dorso ou pela cabeça” (Dona Enilza).

Impossível competir com turistas-pescadores que dormem como príncipes em barcos-hotel ou hotéis-em-terra-firme. O preço da estadia sugere um excelente arrefrigerado, além de proteção máxima para evitar a inconveniência dos milhares e milhares de mosquitos que povoam o Pantanal. De manhã cedinho, depois de tomar café reforçado para aguentar a dureza do ócio no Rio Paraguai, são levados em barquinhos a motor, guiados por “trabalhadores-promotores-de-ócio” (TIRIBA, 2002), quer dizer, por piloteiros especialmente contratados para lhes servir. Como em qualquer outro paraíso tropical, para que possa haver ócio, é preciso que alguém trabalhe, servindo (direta ou indiretamente) aos turistas. No reino da liberdade (MARX, 1971), além de cerveja, não falta um bom papo. Para os pescadores profissionais valeria perguntar como passam o tempo livre e, em que medida a Piracema, mesmo com seguro-defeso, constitui-se como tempo de ócio forçado.

No acampamento da Piúva, Seu Justino diz que tomar banho de rio nas horas vagas, nem pensar! “Aqui é muito perigoso, né? Você lava peixe, a piranha te morde.” Embora felizes com a condição de ser pescador, eles – Seu Justino, Seu Camilo e Seu Jorge (Poconé) – lamentam-se das duras condições de trabalho:

Nós saímos [de Cáceres], nós chegamos hoje à noite [no acampamento da Piúva]; uma distância de lá pra chegar até aqui, no nosso paradeiro... Nós “carrega” esse barquinho com dois “isopor” cada pescador, roupa, panela... A gente vai “acampá” na raizada de pau. Arma rede, é complicado! A árvore é abobreiro, é tudo molhado embaixo, não tem terra seca. (Seu Justino)

As condições de trabalho “é” muito “cansativo”. Quer dizer, pra “nóis pegar” esses peixinhos, “nóis tem” que levantar, em média, às 5h pra gente descer pra lá [para o rio], ou seja, bem cedo. É muito cansativo, bastante cansativo mesmo. Às vezes dá caso de pegar [peixe], às vezes não dá caso de pegar. Como vai, volta de novo [sem ter pescado nada]. (Seu Camilo)

[O que se pesca] não é o suficiente, até mesmo sabe por quê? Pra gente ter uma vida boa mesmo, de qualidade, a gente precisava de muita coisa mais. Hoje principalmente a produção de peixe “tá” muito pouco. Muito pouco. “Tá” faltando. Se fosse igual no passado, que não precisava “da” gente ir nessa distância pra ir pegar essa mixaria de peixe que a gente pega hoje, seria “bem mais melhor”. Nessa distância, aí chega lá pra vender... E aí o que acontece? Tem “muitas vez” a gente ganha, mas muita vez a gente perde. O peixe que a gente leva dá muito mal pra cobrir a despesa. Não dá! Como diz o ditado: “Sobrô”, vou guardar esse restinho. Não sobra. (Seu Jorge – Poconé)

Assim, dia e noite sem parar, a atividade da pesca dura até quando durar o gelo que conserva o peixe (até 12 dias, em média). Dura até quando já se pescou o suficiente ou quando já não há mais peixe. Edward P. Thompson nos ajuda a refletir sobre a intensidade do trabalho dos pescadores, quando afirma que:

[...] a organização do tempo social no porto se ajusta aos ritmos do mar; e isto parece natural e compreensível ao pescador e ao marinheiro; a compulsão pertence à natureza.

De maneira similar, o trabalhar do amanhecer ao anoitecer pode parecer “natural” em uma comunidade agrícola, especialmente durante os meses de colheita: a natureza exige que se recolha o grão antes que comecem as tormentas. (THOMPSON, 2013, p.271)

Não se tratando de *Pesque e pague* e muito menos de *pesque e solte*, para que serve a pesca no Pantanal? Além de tempo de trabalho para garantir a sobrevivência imediata de ribeirinhos, pantaneiros e outros povos e comunidades tradicionais, sair para pescar pode se constituir como tempo de ócio para crianças, jovens e adultos da região. Para os turistas, embora a pesca exija um “certo trabalho”, a pesca é sempre tempo de ócio. Para os atravessadores e outros representantes do capital, a pesca se apresenta como tempo de trabalho, ou melhor, como tempo de exploração e apropriação do trabalho alheio.

REPRODUÇÃO AMPLIADA DA VIDA OU REPRODUÇÃO AMPLIADA DO CAPITAL?

Depois da árdua labuta nas águas do Rio Paraguai, o valor do trabalho dos/as pescadores/as artesanais profissionais se realiza em *terra firme*: no pequeníssimo cais da Colônia de Pescadores Z-02, situada em Cáceres. Não acompanhamos a venda do pescado, mas sabemos que, na grande maioria das vezes, os preços estabelecidos pelos atravessadores são aviltantes. Para Enilza, “a gente tem que arrumar um jeito desse peixe sair. Porque não pode chegar com um monte de peixe e não ter para quem vender e dar um preço de banana.” Seu Jorge (Poconé) diz que a cooperativa “é uma coisa muito importante para nós. Porque se nós ‘tem’ a cooperativa, a gente tem que entregar [o pescado] na cooperativa. E aí nós vamos escapar dos atravessadores que, agora, eles lá querem ‘pagá’ só 13 [reais] no quilo do pescado.” Por isso, com a ajuda da Rede de Pesquisa-Ação em Educação Popular e Trabalho Autogestionário (Rede EPTA), os/as pescadores/as querem criar a Cooperativa de Pescadores e Pescadoras Tradicionais do Pantanal – COOPESPAN.

Por concepção teórico-metodológica e, portanto, procedimento de pesquisa, no último encontro do Curso Socioeconomia Solidária e Pescadores – Formação para o Trabalho Associado, da Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT), foi a nossa vez de falar, escutar, voltar a aprender, voltar a conversar... Depois de assistir à aula sobre Beneficiamento do Pescado, com o Prof. Admilson Costa Cunha, com a participação intensa de Seu Jorge (Poconé), tivemos a oportunidade de animar um grupo de discussão composto de pesquisadores/as da Rede EPTA e pescadores/as, entre eles, os que encontramos nas águas do Rio Paraguai. Presente, na sala de aula do IFMT, estava Seu Camilo – feliz da vida porque descobriu que ser “analfabeto” (como ele mesmo se autodenominou) já não era motivo para deixar de frequentar um curso de extensão oferecido por uma universidade pública, a Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT).¹⁶

No primeiro momento, chamamos a atenção para o fato do estatuto da cooperativa, ainda em construção, conter as seguintes palavras-chave, entre outras: *Produção associada e sustentável; Auto-organização; Autogestão; Redes de colaboração*

¹⁶ Esse pescador percebe “que ser analfabeto é pertencer a uma cultura iletrada e não dominar as técnicas de escrever e ler. Essa percepção para alguns chega a ser dramática” (FREIRE, 2007, p.136).

solidária; Igualdade sociocultural e de gênero; Desenvolvimento integral do Pantanal; Economia solidária; Cultura da solidariedade e da sustentabilidade; Reconhecimento dos valores e dos saberes tradicionais; Cultura do trabalho associado. Em síntese, o esboço de estatuto indicava a necessidade de afirmação e fortalecimento de um modo alternativo de produção e reprodução da vida social.

Essas palavras-chave nos faziam lembrar e nos remeter ao que havíamos vivido nas terras úmidas do bioma Pantanal. Para aprofundar a discussão sobre a cultura do trabalho que os pescadores e pescadoras desejam (re)construir, nossa intenção foi problematizar as relações de convivência que os futuros associados pretendem estabelecer entre si, com a mãe-natureza e com o mercado. Muitas perguntas animaram a conversa, entre elas:

QUADRO 1

Questões para Grupo de Discussão

- Se cada um de nós conseguir pescar 125 quilos por semana, cada um de nós terá pescado 500 quilos de peixe. E todos os cooperados juntos? Isto seria o suficiente para garantir o bem-estar de nossas famílias? Do ponto de vista da natureza, poderíamos dizer que nossa pesca é *sustentável*?
- Como vamos nos inserir no mercado? Quem são os principais consumidores (clientes) dos/as pescadores/as artesanais? Para quem queremos produzir? O que a comunidade ganha com isso?
- Quem são os concorrentes dos/as pescadores/as artesanais? Com quem disputam o território?
- Como vamos enfrentar os *tubarões* do pescado? Como vamos conviver com os atravessadores? E com a piscicultura? Quais os critérios para competir no mercado? Até que ponto vale a pena competir? Em nome de quê?
- Qual será a postura da cooperativa sobre a compra de pescado de pessoas que fazem uso de apetrechos ilegais? E quanto aos que pescam fora da medida?
- E se o seguro-defeso não for o suficiente para viver? Vale pescar na Piracema? Na luta pela sobrevivência, vale usar técnicas de beneficiamento do pescado que contaminem os seres humanos e outros seres da natureza? Por quê?
- Que benefícios os/as pescadores/as artesanais teriam com a criação de uma reserva extrativista? O que significa respeitar a natureza?
- As crianças podem participar da pesca? Sem prejuízo quanto à escola, a partir de que idade os jovens podem trabalhar?
- Um/a cooperativado/a pode assalariar uma pessoa não cooperativada? Vai haver exploração da força de trabalho? Por quê?
- Que outras perguntas devem ser feitas para refletir sobre as relações de convivência com a natureza, com o mercado e entre os associados? O que precisamos aprender?

Fonte: Quadro produzido pelas autoras com base no grupo de discussão com pescadoras/es e pesquisadores/as, em maio de 2016.

O espaço deste artigo não permite delongas. Esperamos ter instigado os pescadores e as pescadoras quanto à necessidade de ser radical, isto é, ir à raiz dos problemas (onde radicam as contradições entre capital e trabalho). Daí perguntar se é possível uma cultura do trabalho

que contribua para o fortalecimento de práticas econômico-culturais que (re)afirmem o modo de vida dos povos e comunidades tradicionais, que contrariem e resistam ao modo capitalista de produção da existência humana. Como articular redes de produção não capitalista? Em síntese, quando alguns pescadores/algumas pescadoras decidem criar uma cooperativa, vale questionar se, ao invés de contribuir para a reprodução ampliada do capital, é possível que a reprodução ampliada da vida, tanto dos seres humanos como dos não humanos, torne-se o objetivo do trabalho de homens e mulheres?

CONCLUSÃO

Como cultura do trabalho entendemos o conjunto de elementos materiais (instrumentos, métodos, técnicas etc.) e simbólicos (atitudes, ideias, crenças, hábitos, representações, costumes), partilhados pelos grupos humanos – considerados em suas especificidades de classe, gênero, etnia, religiosidade, geração e parentesco, entre outros. Sendo adquirida, construída e transmitida no processo de trabalho, remete a objetivos e formas sobre o dispêndio da força de trabalho, maneiras de pensar, sentir e se relacionar com o trabalho, permitindo que os/as trabalhadores/as desenvolvam sentidos, gostos e julgamentos sobre as relações sociais mais amplas. A cultura do trabalho requer considerar, entre outros, as formas de propriedade dos meios de produção; as relações de produção que grupos e classes sociais estabelecem entre si; os efeitos das inovações tecnológicas sobre a atividade do trabalho e o papel dos sistemas simbólicos na vida social e, em especial, dos valores atribuídos ao trabalho (TIRIBA; SICHI, 2011).

Para a constituição de uma cultura do trabalho associado, pensamos ser necessário potencializar a associatividade entre os/as pescadores/as, a qual nos parece tecida por *fios fortes*, como, por exemplo: a união para se proteger dos perigos da natureza, em especial, da Onça Pintada; pelo respeito e carinho com que se relacionam com a natureza não humana (que nas Constituições do Equador e da Bolívia, de 2008 e 2009, respectivamente, também são sujeitos de direito); a inexistência de relações de trabalho marcadas por relações de gênero: todos pescam, todos cozinham e lavam a louça (mas, como costume e norma de convivência, cada um o faz para si e não para o outro!). Assim, ao mesmo tempo, nos parece que a cultura do trabalho é tecida por *fios frágeis*, os quais resultam, entre outros, da forma de propriedade dos meios de produção que, por sua vez, interferem nas relações de trabalho, nas relações que estabelecem entre si no processo de trabalho e com o produto do trabalho. É a fragilidade da organização econômica e política que os leva a buscar novas formas de associatividade, entre si e com outros grupos, criando uma cooperativa com o apoio do Núcleo Unemat-Unitrabalho.¹⁷

Os registros fotográficos foram fundamentais para a apreensão de alguns dos muitos fios que tecem a cultura do trabalho da pesca artesanal no Pantanal Mato-Grossense. De conversa em conversa tentamos provocar os pescadores/as-trabalhadores/as que, sem dúvida são parte integrante da classe trabalhadora: E se, como trabalhadores associados conseguissem, coletivamente, construir três chalanas de madeira? Sendo

¹⁷ Sobre incubação de cooperativas populares no Centro Oeste ver Zart e Vailant (2014).

as tralhas e embarcações de propriedade coletiva, já não haveria necessidade de *contrato de parceria* que estabelecesse o pagamento de 10 ou 12 quilos de peixes por pescador, por viagem. Pertencendo a chalana à cooperativa dos/as pescadores/as já não haveria proprietários de embarcações. Ao invés de pescar para si próprio e por si, o trabalho seria coletivo, seria trabalho associado. Seria sonhar demais querer diversificar a produção, criando uma fabriqueta de gelo, desses que duram 12 dias para derreter? No grupo de discussão no IFMT, alguém afirmou que existe um caminhão-frigorífico estacionado (abandonado?) na Prefeitura de Cáceres. Esse veículo não poderia ser utilizado para armazenamento e distribuição do pescado?

Sem tirar os pés do chão (mas da água do rio, para não ser comido por Piranhas), seria interessante criar uma cadeia produtiva comunitária, articulada aos movimentos sociais populares do campo e da cidade. Criar uma produção associada enredada! A *pesca de rede* pode, sim, contribuir para degradar ainda mais o Pantanal – degradação esta que advém das mediações de segunda ordem do capital (e não dos pescadores/as). O que precisamos é ampliar nossas redes associativas, contribuir para (re)criar as culturas do trabalho fundadas nos princípios econômico-filosóficos e culturais de uma sociedade de produtores livres associados (MARX, 2013).

No Pantanal, a relação ser humano-natureza se dá de forma visceral. Exatamente por isso, iniciamos este texto com a citação de Marx (1985) sobre a unidade entre ser humano-natureza e a necessidade de explicitação das condições históricas em que esta relação foi se desgarrando, levada às últimas consequências pelo modo de produção capitalista. Interessante observar que, apesar das duras condições de trabalho, os pescadores parecem estar satisfeitos com a condição de ser pescador:

Já trabalhei na Brahma, mas eu gostei mesmo é de “tá” no rio, no Pantanal. Porque aqui eu me sinto feliz. O ar aqui é outro, o ar nosso aqui é saudável. Lá o ar é abafado, preso. Aqui eu levanto o mais cedo [possível] pra receber esse ar maravilhoso. Quando que amanhece, pra mim, é bom demais. A gente, na idade que nós “tá”, então um ar fresco desse... (Seu Justino)

A gente se sente muito bem aqui porque, quando a gente “tá” aqui, até é difícil ver que a pessoa adoceceu. Entende? É muito difícil. A gente chega na cidade, ou está doendo aqui, ali, “tá” com uma gripe, “tá” com uma dor de cabeça. Aqui não. Passa dia e nada. Então, dá pra dizer que a natureza beneficia até a nossa saúde. Porque eu conheço, tem companheiro meu já “tá véio”, como diz o ditado, “tá véio”, não presta mais pra nada, viveu aqui por muitos anos e foi embora com saúde; depois que chegou na cidade, ficou doente, nunca mais pôde trabalhar. Eu acho que o segredo é a natureza mesmo. (Seu Jorge – Poconé)

E tem outra: aqui só trabalha livre. Tem as partes boas e as partes “ruim”. Tem vezes que a gente ganha, tem vezes que a gente perde. (Dona Enilza)

Como elementos constitutivos de um processo histórico estruturado (THOMPSON, 1981) não linear, os espaços/tempos das culturas milenares dos povos e comunidades tradicionais nos asseguram que o modo de produção capitalista é hegemônico em relação a outros modos de produção da existência humana. Tratando-se ou não de uma formação econômica pré-capitalista (MARX, 1985), no sentido de vir a ser, não podemos esquecer que, independentemente do rumo de sua evolução ou involução, a sociedade envolve os sujeitos-trabalhadores em uma armadilha tal

que os obrigada a se sujeitar aos desmandos do capital e/ou se tornar sujeito do processo histórico. Assim, considerando as contradições entre capital e trabalho, precisamos buscar, nestas comunidades, parâmetros de reprodução simples e de reprodução ampliada da vida, tendo em conta que “não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura” (THOMPSON, 2013, p.304).

Para concluir, perguntamos o que significa navegar num rio revolto que carrega as contradições entre capital/trabalho? Como diz a canção de Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho, intitulada *Timoneiro*, “não sou eu quem me navega, quem me navega é o mar. É ele quem me carrega como nem fosse levar”. O que isso quer dizer? Pensamos que, nas correntezas do mar ou nas águas do Rio Paraguai, os/as pescadores/as, como parte integrante da classe trabalhadora, pescam para tentar garantir a reprodução ampliada da vida. O que os navega é o próprio rio. Assim como no Rio São Francisco (BRANDÃO, 2002) e em outros rios, passam “águas-sabedoras” da diversidade de peixes e de outras espécies da flora e da fauna que por ali passam. Mas, tratando-se de um processo histórico estruturado (THOMPSON, 1981) sob a hegemonia do capital, não é difícil perceber que, assim como a educação, a água e seus derivados tornam-se uma mercadoria, graças à exploração sobremaneira da natureza, nela incluída a exploração da força de trabalho dos/as pescadores/as.

Mais que nunca é preciso reafirmar formas de produção não capitalistas; e, como o peruano José Mariátegui, devemos ser contrários à filosofia evolucionista, historicista e racionalista que elege o progresso “como o único caminho para a humanidade”. Como ele, acreditamos que, se fortalecida a organização econômica coletiva, “os povos de economia rudimentar” não precisarão “sofrer a longa evolução pela qual passaram outros povos” (MARIÁTEGUI, 2011, p.144).

Como iniciantes na arte de navegar nas águas do Rio Paraguai, apreendemos alguns fios que tecem a cultura do trabalho da pesca artesanal. Os registros fotográficos foram fundamentais, sem falar dos ensinamentos de Seu Sílvio, Dona Enilza, Dona Maria, Sérgio, Laurice, Seu Justino, Seu Camilo, Seu Jorge (Poconé) e Seu Brandão (nosso piloto). Além de apreciar a flora e a fauna, trocamos saberes, estranhamentos, emoções... Mas, como falou Seu Justino, “de repente, vocês ‘pode’ até interpretar de outra forma. A gente quer compartilhar com vocês”.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **São Francisco meu destino**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11959.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRASIL. **Lei nº 13.134**, de 16 de junho de 2015. Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), no 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre

o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e das Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e nº 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm>. Acesso em: 20 jul. 2017.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e comunidades tradicionais. In: CALDART, Roseli Salette et al. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde José Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.596-602.

EMBRAPA PANTANAL. **Pesca: uma atividade estratégica para a conservação do Pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2012. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/pesca/online/PESCA2012_CPAP1.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

FRANZOI, Naira Lisboa. **A complexidade do trabalho simples**: trajetórias saberes e identidades profissionais. Relatório Pós-Doutorado Sênior – New Jersey City University, New Jersey; UFRGS, Porto Alegre. Dez. 2011. (mimeo.)

FRANZOI, Naira Lisboa; FISCHER, Maria Clara Bueno. Saberes do trabalho: situando o tema no campo Trabalho-Educação. **Trabalho Necessário**, ano 13, n.20, p.147-171, 2015.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. 16.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Scritti giovanili**. Turim: Einaudi, 1958. p.72-73.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MARIÁTEGUI, José Carlos. O problema das raças na América Latina. In: _____. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: volume 4: livro terceiro: o processo global da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. **Formações econômicas pré-capitalistas**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **O capital**: crítica da economia política: volume 1: livro primeiro: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATO GROSSO. **Lei nº 9.893**, de 1º de março de 2013. Modifica dispositivos da Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, alterada pela Lei nº 9.794, de 30 de julho de 2012, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.al.mt.gov.br/storage/webdisco/leis/lei_5849.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2017.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NAVARRO F., Santiago; BESSI, Renata. **Cercamento das águas brasileiras ameaça pesca artesanal**. 20 fev. 2015. Disponível em: <<http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2015/02/cercamento-das-aguas-brasileiras-ameaca.html>>. Acesso em: 5 ago. 2017.

NEVES, Camila Emanuella Pereira; CAETANO, Edson; SILVA, Marília de Almeida. A produção da vida material e imaterial em comunidades chiquitanas e quilombolas em Mato Grosso: uma nova/velha forma de existência. **Polis**, Santiago, v.14, n.40, p.1-12, 2015.

SCHLESINGER, Sergio. **Pantanal por inteiro, não pela metade**: Soja, hidrovia e outras ameaças à integridade do Pantanal. Mato Grosso: Ecosystem Alliance, 2014.

THOMPSON, Edward P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 2.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

_____. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

TIRIBA, Lia. Tempos de ócio e de trabalho em tempos de desemprego - a versão angrense do paraíso tropical. **Scripta Nueva** [on-line], v.VI, n.119(131), ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119131.htm>>. Acesso em: 27 jan. 2016.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva**, Florianópolis, v.31, n.2, p.527-551, maio-ago. 2013.

_____. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v.24, n.56, p.405-428, maio-ago. 2015.

TIRIBA, Lia; SICHI, Bruna. Os trabalhadores e a escola: de olho nas culturas do trabalho. In: TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria (Org.). **Trabalho e educação de jovens e adultos**. Brasília: Líber Livro; Niterói: EdUFF, 2011. p.239-275.

ZART, Laudemir Luiz; VAILANT, Clovis (Org.). **Educação e socioeconomia solidária - Incubação em Economia Solidária**: empreendimentos em redes e resistência camponesa. Cáceres: UNEMAT Editora, 2014.

Data da submissão: 27/01/2017

Data da aprovação: 28/05/2017